

Falar da Eng.^a Maria de Lourdes Pintassilgo é falar de uma Mulher de referência, de uma perscrora que andou sempre muito à frente do seu tempo.

A minha primeira memória remonta aos idos anos de 1973, mesmo, mesmo no início da minha vida profissional de Licenciada em Direito que tinha despertado para o duro mundo da muita gente discriminada, sobretudo durante o meu percurso universitário.

Os anos sessenta, para mim como para muitos jovens da minha geração, constituíram o despertar para a negação de uma sociedade que privilegiava a forma em detrimento do conteúdo, que assentava os seus alicerces na aparência em vez da realidade das coisas, na hipocrisia das relações em vez da sua verdade.

Com tudo o que isto significava também de consciencialização política e do nosso papel nas mudanças necessárias para que o nosso País conquistasse um lugar no caminho do desenvolvimento.

E a Eng.^a Maria de Lourdes surgiu com grande visibilidade quando foi nomeada como Presidente ou Coordenadora de um Grupo de Trabalho com o objectivo de abordar a desigualdade entre Homens e Mulheres.

Tema ousado à época – embora em auge de notoriedade nos países mais desenvolvidos através do papel dos movimentos feministas – e olhado criticamente e rejeitado pelas esferas mais conservadoras, ainda em tempo do anterior regime.

Por feliz coincidência, logo aquando da Constituição do I Governo Provisório na sequência da Revolução de Abril, a Senhora Engenheira, como lhe chamávamos, foi nomeada Secretária de Estado da Segurança Social depois de, tendo conhecido a totalidade desse primeiro elenco, não ter encontrado uma única Mulher! Tendo questionado directamente o poder constituído sobre tão pouco revolucionária constatação, acabou nomeada como membro desse Governo, pois só depois da sua intervenção se tinham dado conta que, tanta modernidade se tinha transformado em total e absoluta reprodução do poder no masculino.

Valeu-me essa nomeação pois, logo a seguir, foi preciso encontrar para o seu gabinete jurista disponível e sem horas, que conhecesse a matéria da pasta – a Segurança Social.

Coube-me o privilégio de ser eu a indicada e, por via disso, ter podido privar directamente com uma das pessoas mais brilhantes e inteligentes que até hoje conheci.

Dotada, na verdade, de uma inteligência criadora cintilante, capaz de encontrar soluções inovadoras para questões clássicas, de solidíssima formação intelectual e cultural, conviver com ela era um deslumbramento repetido e sempre surpreendente.

Pessoas assim, num País como o nosso em que não ser medíocre sustenta toda a crítica e confrontação, têm o destino marcado. São esquecidas, ignoradas ostensivamente e dispensadas.

Não é por acaso que vamos caindo em todos os rankings internacionais em que somos avaliados por critérios de qualidade. É que aos nacionais bons, apenas resta a boa apreciação no âmbito internacional e serem, apenas aí, apreciados, e requestados. O nosso País despreza-os, não precisa deles, até o incomodam.

Foi isso que aconteceu à nossa Engenheira.

Timidamente nomeada para lugares diplomáticos discretos, e digo discretos pela falta de ressonância interna, uma vez que lá, onde foram exercidos, o seu prestígio foi crescente – e para conselhos consultivos internos, como o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, onde desempenhou papel de altíssima relevância mas apenas conhecido por quem se dedica à Bioética, ou seja, muito poucos.

Privilégio enorme o meu em poder ser dela amiga até ao fim da sua partida desta vida tão precoce, e tão triste porque preocupadíssima com a situação política que o país atravessava.

Sempre tão preocupada com ele e ele tão pouco preocupado com ela.

Foi absolutamente assim.

Mas para os seus amigos e admiradores que eram muitos, a sua memória é factor de enriquecimento pessoal e o seu exemplo é um manancial permanente de engrandecimento.

A sua vida valeu, pois, bem a pena e as suas lutas em prol de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais solidária e mais assente em valores de fraternidade, constitui semente que não morrerá.

Maria de Belém Roseira tem desempenhado vários cargos governamentais dos quais destacamos aqui o trabalho como Ministra da Saúde e como Ministra para a Igualdade e o exercício das funções de deputada na Assembleia da República. É autora de vários artigos na sua área de especialidade.